

A Imaginação como Mediadora entre Sensibilidade e Entendimento

Palavras-Chave: Epistemologia; Kant; Dedução Transcendental;

Autoras:

Isabela Pereira de Lima, IFCH – UNICAMP

Profa. Dra. Monique Hulshof (orientadora), IFCH – UNICAMP

I. Introdução

No marco inicial de nossa pesquisa, nós pretendíamos trabalhar com um recorte muito menor do que, de fato, o nosso recorte presente. Nosso projeto inicial era investigar somente o papel da imaginação na primeira edição da *Dedução Transcendental* a partir da sua relação com as três sínteses lá propostas. No entanto, logo verificamos, como muitos comentadores destacam, o caráter obscuro da seção. Acabamos, então, tendo que lidar com, ou ao menos tomar partido acerca de, uma série de discussões que influenciariam diretamente a nossa leitura da *Dedução A*. Assim sendo, antes de poder responder com propriedade o nosso objetivo inicial, nós precisamos, primeiro, comparar o conteúdo da primeira edição com os *Prolegômenos* (em especial os parágrafos §§18-20) e com a segunda edição. A partir disso, encontramos algumas *aparentes* contradições textuais. A primeira delas foi a ambiguidade do termo “experiência”, que pode significar tanto o representar em geral, quanto a cognição de objetos; o que se relaciona intimamente com a *quid iuris* delimitada nos §13 e §14 da *Dedução A* e com o §26 da *Dedução B*. De maneira resumida, resolver a ambiguidade significa responder se as sínteses (ou, ainda mais especificamente, a síntese figurativa ou transcendental) são condições do representar ou do conhecer. A segunda delas foi uma multiplicidade na definição de “síntese”, que ora é descrita como constitutiva do conhecimento, ora como função cega da imaginação e ora como uma ligação pertencente sempre ao entendimento. Agora, é sabido que tentar circunscrever em apenas uma nota característica qualquer conceito kantiano é um esforço afã e até quimérico. Aqui a minúcia está não em definir exatamente o que é síntese, mas em tentar conciliar todos os sentidos que Kant lhe atribui sem incorrer em uma inconsistência textual. A terceira foi a necessidade da unidade das três sínteses na primeira edição, que diz respeito ao modo como interpretamos a *Dedução Subjetiva*, como um argumento regressivo ou progressivo, e como a relacionamos com a *Dedução Objetiva*.

A fim de responder essas questões, parecer-se-ia talvez, a um leitor familiarizado com a bibliografia secundária, mais fácil defender a ideia de uma mudança no pensamento kantiano nas três

obras, como afirmam Makkreel, Caimi, Guyer, Adickes, Vaihinger e Kemp Smith, por exemplo, do que resolver todas as inconsistências com uma única tese válida nos três casos. Contudo, nós advogaremos precisamente pela sua conciliação, como Longuenesse bravamente procurou fazer. Diz Kant no período de elaboração da segunda *Crítica*:

Várias coisas serão condensadas e muitas novas coisas que esclarecerão a teoria serão adicionadas. Eu não mudarei nada do seu essencial, já que eu meditei sobre essas ideias por tempo o suficiente antes de tê-las colocadas no papel e, desde então, repetidamente analisei e teste cada proposição pertencente ao sistema e descobri que cada uma passou no teste, tanto por si mesma ou em relação com o todo. (Para J. Bering. 7 de Abril, 1786).

Se a motivação primeira na reescrita de sua *magnus opus* era apenas *esclarecer* o que já havia sido proposto, então tomaremos a liberdade de nos apropriarmos do argumento do *como se*: a *Dedução Transcendental* deve ser lida *como se* fôssemos capazes de encontrar, pelo exercício de nosso entendimento, uma unidade entre a primeira edição, os *Prolegômenos*, e a segunda edição.

Nós partiremos, então, de uma extremamente suscinta reconstrução da tese central de Longuenesse, para verificarmos se o sistema por ela proposto se sustenta. Para ela, é a forma lógica do juízo o *conatus* de todo representar. Isso significa dizer, em *primeiro lugar*, que toda síntese tem como fim último a representação de um objeto por meio de um conceito que pode, mais tarde, ser ligado em um juízo. Em *segundo*, que a própria forma da intuição pura é determinada segundo a orientação para o julgar, garantida pela apercepção transcendental originária. Disso se resultaria a unidade da forma da intuição pura e também os esquemas transcendentais. Em *terceiro*, podemos retroceder ainda à formação das próprias categorias, cujo engendramento se daria também pela forma lógica do juízo.

Consequentemente, a ambiguidade do termo “experiência” se esvai, pois tanto a representação indeterminada, quanto o conceito seriam resultados, ou ainda etapas, de um mesmo ímpeto: formar um juízo. Em outras palavras, a diferenciação perde o sentido, pois as condições de formação de uma representação “em geral” já envolveriam um movimento discursivo. Também seriam conciliadas as caracterizações distintas de síntese: se na *Dedução A* síntese é “mero efeito da imaginação” (KrV, B103) e na *Dedução B* “um ato do entendimento” (KrV, B130) é porque a imaginação deve sempre ser condicionada, já na primeira edição, pelo entendimento nas suas associações. Se consideramos que todo representar é sempre um direcionamento ao juízo, então toda síntese precisa ter um fundamento objetivo, *i.e.*, as categorias e a unidade da apercepção. Por fim, se garantiria a unidade das três sínteses da *Dedução A* pela apercepção transcendental, ainda que pudéssemos conceber algum irrompimento em seu ato.

Apesar da indubitável grandeza argumentativa, nos parece, ao menos, suspeito afirmar que mesmo quando o fio condutor das sínteses é um direcionamento ao julgar, ainda assim existe uma série de representações, conceitos e até juízos que são subjetivos e, mais que isso, que nunca podem tornar-se objetivos (representações das quais não podemos nos tornar conscientes, conceitos de juízos possíveis que nunca são usados, juízos de percepção que não podem se tornar juízos de experiência). A mera

subjetividade destes não configuraria qualquer confusão, pois bastaria que concebêssemos alguma interrupção no processo de síntese (cuja possibilidade se verifica em KrV, B212). A raiz do problema aqui é dizer que a forma lógica do juízo, cujo objetivo último é criar as condições necessárias para o conhecer, guia a formação de representações ou juízos que não possuem pretensão alguma em ser objetivos. Deveríamos, para Longuenesse, catalogá-los todos como um mero erro do entendimento? Ou seria ainda possível propor que existe alguma instância na qual a forma do juízo não tem o papel central que lhe foi atribuído?

II. Metodologia

A metodologia de pesquisa consistiu na análise da Dedução Transcendental das duas edições e na reconstrução da argumentação kantiana, mantendo constante a comparação das traduções para o português utilizadas com os textos da obra completa da edição da Academia (*Kants Gesammelte Schriften: herausgegeben von der Deutschen Akademie der Wissenschaften*). Ainda, a fim de bem traçarmos as linhas interpretativas, acompanhamos a leitura da bibliografia secundária, como a obra de Heidegger (*Phenomenological Interpretation of Kant's Critique of Pure Reason*), Longuenesse (*Kant e o Poder de Julgar*), Makkreel (*Imagination and Interpretation in Kant*), Kitcher (*Kant's Transcendental Psychology*), Wolff (*Kant's Theory of Mental Activity*) e Kemp Smith (*Commentary to Kant's 'Critique of Pure Reason'*). Além disso, a pesquisa foi continuamente acompanhada de discussões com a orientadora, da participação do grupo de estudos abordando temas de confluência com o nosso projeto e da participação de encontros e eventos acadêmicos, garantindo sempre a discussão pública científica.

III. Bibliografia

III. I. Primária

- KANT, I. *Anthropology from a Pragmatic Point of View*. Tradução de Robert B. Louden. Cambridge University Press, 2006.
- _____. *Carta de I. Kant a Marcus Herz*. Tradução de Paulo R. Licht dos Santos. O que nos faz pensar, v.32, 2012.
- _____. *Crítica da Faculdade de Julgar*. Tradução de Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Ed. Univ. São Francisco, 2016.
- _____. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Fernando Costa Mattos. São Paulo: Vozes, 2012.
- _____. *Kants Gesammelte Schriften: Herausgegeben von der Deutschen Akademie der Wissenschaften*. 29 vols., Berlin. Walter de Gruyter, 1902-.
- _____. *Lectures on Anthropology*. Tradução de Clewis, Louden, Munzel e Wood. Cambridge University Press, 2012.
- _____. *Philosophical Correspondance 1759-99*. Tradução e Edição de Arnulf Zweig. The University of Chicago Press, 1967.
- _____. *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza*. Tradução de Artur Morão. Edições 70, 2019.

III. II. Secundária

- ADORNO, T. *Kant's Critique of Pure Reason*. Traduzido por Rodney Livingstone. Stanford, California: Stanford University Press, 2001.
- ALLISON, H. *Kant's transcendental idealism*. New Haven: Yale University Press, 1983.
- _____. *Where have all the categories gone? Reflections on Longuenesse's Reading of Kant's Transcendental Deduction*. Boston University: Taylor and Francis, Inquiry, 43, p. 67–80, 2000.
- ALMEIDA, G. A. *Consciência de si e conhecimento objetivo na "Dedução transcendental" da Crítica da razão pura*. Analytica, v. 1, n. 1, p. 187-219, 1993.

- AMERIKS, K. *Kant's Transcendental Deduction as a Regressive Argument*. Indiana/Notre Dame: Kant-Studien, v.69, 1-4, 1978.
- AQUILA, R. *Matter in Mind. A Study of Kant's Transcendental Deduction*. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, 1989.
- BANHAM, G. *Kant's transcendental Imagination*. New York: Palgrave Macmillian, 2005.
- _____. *The Transcendental Synthesis of Imagination*. Imagination in Kant's Critical Philosophy. Berlin/Boston: De Gruyter, p.69-95, 2013.
- BARKER, M. *The Proof Structure of Kant's A-Deduction*. Tallahassee: Kant-Studien, v. 92, p. 259-282, 2001.
- BAUER, N. *Kant's Subjective Deduction*. British Journal for the History of Philosophy, v.18, e.3, p.433-460, 2010.
- CAIMI, M. *A versão definitiva da dedução transcendental das categorias na primeira edição da Crítica da razão pura*. In: Comentários às obras de Kant. Tradução de Joel Thiago Klein. Florianópolis: NEFIPO, 2012.
- _____. *Comments on the Conception of Imagination in the Critique of Pure Reason*. In: Internationalen Kant-Kongresses: Recht und Frieden in der Philosophie Kants, 10., 2005, São Paulo. Akten. Org. por V. Rohden, R. R. Terra, G. A. de Almeida, M. Ruffing. Berlin: De Gruyter, v. 1, p. 39-50, 2008.
- CODATO, L. *Kant e o fim da ontologia*. Rio de Janeiro: Analytica, vol. 13, nº1, 2009, p.39-64.
- DYCK, C. *The Proof-Structure of Kant's A-Edition Objective Deduction*. In: Kant's Transcendental Deduction and the Theory of Apperception. Berlin/Boston: De Gruyter, p.381-402, 2022.
- EDGAR, S. *The Explanatory Structure of the Transcendental Deduction and a Cognitive Interpretation of the First Critique*. Canadá, Vancouver: University of British Columbia, v.40, e.2, p. 285-314, 2013.
- EWING, A. *A Short Commentary on Kant's Critique of Pure Reason*. London: Methuen and Co. LTD, 1950.
- FILHO, R. *O espírito e a letra*. Editora Ática, 1972.
- GIBBONS, S. *Kant's Theory of Imagination: Bridging Gaps in Judgement and Experience*. Oxford University Press, New York, 1999.
- GUYER, P. *The Transcendental Deduction of the Categories*. In: The Cambridge Companion to Kant. Cambridge University Press, 1992.
- _____. *The Deduction of the Categories: The Metaphysical and Transcendental Deductions*. In: The Cambridge Companion to Kant's Critique of Pure Reason. Cambridge University Press, 2010.
- HEIDEGGER, M. *Kant e o Problema da Metafísica*. Trad. Alexandre Franco de Sá e Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019.
- _____. *Phenomenological Interpretation of Kant's Critique of Pure Reason*. Indiana Univ. Press, 1997.
- _____. *Que é uma coisa?* Trad. Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70, 2018.
- HENRICH, D. *The Unity of Reason, Essays on Kant's Philosophy*. Londres: Harvard University Press, 1994.
- HORSTMANN, R. *A função da dedução metafísica na Crítica da Razão Pura de Kant*. In: Comentários às obras de Kant. Tradução de Joel Thiago Klein. Florianópolis: NEFIPO, 2012.
- _____. *Kant's Power of Imagination*. Cambridge University Press, 2018.
- KAYE, L. *Kant's Transcendental Deduction of the Categories*. New York: LEXINGTON BOOKS, 2015.
- KITCHER, P. *Kant's Transcendental Psychology*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1993.
- _____. *Kant's "I Think"*. In: Recht und Frieden in der Philosophie Kants. Berlin: Gruyter, 2008.
- KNELLER, J. *Kant and the Power of Imagination*. Cambridge University Press, 2007.
- _____. *Imagining our World, Affinity and Hope in Kant's Theory of Imagination*. In: Imagination in Kant's Critical Philosophy. Berlin/Boston: De Gruyter, p.141-161, 2013.
- LAYWINE, A. *Kant's Transcendental Deduction*. Oxford University Press, 2020.
- LEBRUN, G. *Kant e o Fim da Metafísica*. 2.ed. Trad. C. A. Ribeiro de Moura. São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- LEPPAKOSKI, M. *The Transcendental How*. Dissertação de Doutorado. University of Stockholm, 1993.
- LICHT, P. *A unidade da intuição e a unidade da síntese*. In: Comentários às obras de Kant. Florianópolis: NEFIPO, 2012.
- LU-ADLER, H. *The Subjective Deduction and Kant's Methodological Skepticism*. In: Kant's Transcendental Deduction and the Theory of Apperception. Berlin/Boston: De Gruyter, p.341-360. 2022.
- LONGUENESSE, B. *Kant and the Capacity to Judge*. Trad. C. T. Wolfe. Princeton University Press, 2000.
- _____. *Kant e o Poder de Julgar*. Tradução de João Geraldo Martins da Cunha e Luciano Codato. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2019.
- _____. *Kant on the Human Standpoint*. Cambridge University Press, 2005.
- MAKKREEL, R. *Imagination and interpretation in Kant: The Hermeneutical Import of the Critique of Judgment*. University of Chicago Press, 1990.

- _____. *Recontextualizing Kant's Theory of Imagination*. In: *Imagination in Kant's Critical Philosophy*. Berlin/Boston: De Gruyter, p.205-220, 2013.
- MEYER, M. *Why did Kant write Two Versions of The Transcendental Deduction of the Categories?* D. Reidei Publishing Co., Synthese 47, p.357-383, 1981.
- NUZZO, A. *Imaginative Sensibility Understanding, Sensibility, and Imagination in the Critique of Pure Reason*. In: *Imagination in Kant's Critical Philosophy*. Berlin/Boston: De Gruyter, p.19-47, 2013.
- O'NEILL, O. *Transcendental Synthesis and Developmental Psychology*. Kant-Studien, 75(1-4), 1984.
- PATON, H. *Kant's Metaphysic of Experience, Volume 1*. Londres: GEORGE ALLEN & UNWIN LTD, 1970.
- PIMENTA, O. *A Imaginação de Kant e os dois objetos para nós*. Tese de doutorado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.
- SHULTING, D. *Kant's Deduction from Apperception*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2019.
- _____. *The Unity of Cognition and the Subjectivist vs. "Transformative" Approaches to the B-Deduction, or, How to Read the Leitfaden (A79)*. In: *Kant's Transcendental Deduction and the Theory of Apperception*. Berlin/Boston: De Gruyter, p.403-435, 2022.
- SHULTZ, J. *Exposition of Kant's Critique of Pure Reason*. University of Ottawa Press, 1995.
- STRAWSON, P. *The Bounds of Sense*. London/ New York: Routledge Taylor and Francis Group, 1996.
- SMITH, N. *A Commentary to Kant's 'Critique of Pure Reason'*. Palgrave Macmillan, 2003.
- SUZUKI, M. *O gênio romântico*. Crítica e história da filosofia em Friedrich Schlegel. Editora Iluminuras, 1998.
- VACCARI, U. *O problema da imaginação nas duas edições da "dedução transcendental das categorias"*. Dissertação de Mestrado. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2007.
- VAIHINGER, H. *Kommentar zur Kants Kritik der reinen Vernunft*. Berlin/ Leipzig/ Stuttgart: Union Deutsche Verlagsgesellschaft, 1922.
- VLEESSCHAUWER, H. *La Déduction Transcendantale dans L'oeuvre de Kant*. Londres/New York: Garland Publishing Inc., 1976.
- WESTPHAL, K. *Kant's Transcendental Deduction of the Categories*. Helsinki University Press, 2021.
- WOLFF, R. *Kant's Theory of Mental Activity*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1963.
- YOUNG, J. *Kant's View of Imagination*. Kant-Studien, v.79, 1-4, 1988.